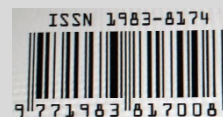


VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: “INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC’S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO”



INOVAÇÃO E OBJETIVOS DE DIREITO SUSTENTÁVEL NO DIREITO ELEITORAL

Maria Isa de Oliveira Amorim¹, Pedro Ian Bandeira Farias², Marcos Youji Minami³

A Justiça Eleitoral é um órgão especializado e responsável pela organização do processo eleitoral brasileiro, respeitando as normas fundamentais constitucionais e garantindo a democracia sobre a égide da cidadania, soberania e pluralismo político. Para evitar abusos, fraudes e outros graves ilícitos em eleições, ela também é competente para ações eleitorais das mais diversas como as Representações Eleitorais. O Processo Eleitoral é, então, instrumento de garantia da democracia. O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução 395/2021, instituiu a Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário, criando os Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário e o Prêmio Inovação do Poder Judiciário. Segundo o seu art. 1º, a iniciativa possui como objetivo promover o “aprimoramento das atividades dos órgãos judiciários, por meio da difusão da cultura da inovação”. O presente trabalho tem por objetivo geral elucidar como é possível, à luz da Res. 395/2021, realizar inovações na Justiça Eleitoral para o alcance de metas estabelecidas pelo CNJ, referente ao direito eleitoral brasileiro. Dentre os objetivos esperados, destacam-se: a análise de ferramentas jurídicas que podem ser utilizadas para a inovação, traçando-se um paralelo entre práticas inovadoras ocorridas na seara processual civil não eleitoral, verificando a possibilidade de adaptação dessas práticas na seara processual, além de compreender os paradigmas das mudanças latentes no direito eleitoral e discutir consequências sociojurídicas causadas pelas transformações constantes na área em pauta. A pesquisa será realizada por meio de natureza objetiva exploratória, abordagem qualitativa, sendo delineado a partir do método dedutivo e levantamento bibliográfico. Ressalta-se que o presente estudo é fomentado por bolsas de pesquisa de iniciação científica PIBIC/FUNCAP. Dessa forma, por se tratar de um projeto ainda em desenvolvimento não é possível traçar resultados conclusivos, mas sim resultados que esperamos atingir, por exemplo, a verificação de eventuais mudanças jurídicas na seara eleitoral decorrentes de práticas inovadoras implantadas e como elas auxiliariam e seriam necessárias para a melhoria do direito eleitoral como um todo, tanto em relação ao Processo Eleitoral, quanto às práticas rotineiras da Justiça Eleitoral. Por fim, compreende-se, que o presente trabalho reconhece a importância da inovação na seara eleitoral, mas é preciso compreender sua implementação e efetivação na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Direito eleitoral. Inovação. Direito sustentável. Justiça eleitoral.

¹ Universidade Regional do Cariri, email: mariaisa.oliveiraamorim@urca.br

² Universidade Regional do Cariri, email: pedroian.bf@urca.br

³ Universidade Regional do Cariri, email: marcos.minami@urca.br